

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Ministro da Casa Civil de Bolsonaro é alvo de operação da PF hoje

07/05/2026



Foto: Arquivo/Ag

O senador Ciro Nogueira, que foi ministro da Casa Civil no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, tornou-se alvo de uma operação da Polícia Federal nesta quinta-feira, após decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF).

A investigação apura suspeitas de corrupção, lavagem de dinheiro, organização criminosa e crimes contra o sistema financeiro nacional envolvendo o banqueiro Daniel Bueno Vorcaro, controlador do Banco Master, além de pessoas ligadas ao núcleo empresarial e político investigado.

Embora Ciro Nogueira não tenha sido preso, o STF determinou medidas cautelares contra ele, incluindo a proibição de manter contato com outros investigados da chamada Operação Compliance Zero.

Papel central no governo Bolsonaro

Ciro Nogueira foi um dos principais articuladores políticos do governo Bolsonaro. Presidente nacional do Progressistas (PP) e uma das lideranças mais influentes do Centrão, ele assumiu a Casa Civil em 2021, em um momento decisivo para a sustentação política do governo no Congresso Nacional.

Na prática, o então ministro tornou-se peça-chave na relação entre o Palácio do Planalto e o Legislativo, atuando diretamente na articulação de votações estratégicas, negociações políticas e construção de maioria parlamentar.

Durante sua passagem pela Casa Civil, Ciro ganhou protagonismo nacional e ampliou sua influência política e institucional, sendo considerado um dos homens fortes do governo Bolsonaro até o fim do mandato presidencial.

O que levou à operação

Segundo a decisão do STF, a Polícia Federal encontrou indícios de que o senador teria atuado em favor de interesses privados do banqueiro Daniel Vercaro em troca de vantagens econômicas indevidas.

Um dos principais pontos da investigação envolve a chamada “Emenda Master”, apresentada por Ciro Nogueira em 2024. A proposta previa ampliar a cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão por depositante — medida que, segundo a PF, beneficiaria diretamente o Banco Master.

De acordo com os investigadores, o texto da emenda teria sido elaborado dentro da estrutura do banco, encaminhado por representantes ligados ao empresário e posteriormente reproduzido “de forma integral” pelo senador no Senado Federal.

Mensagens apreendidas pela PF indicariam ainda que Daniel Vercaro teria afirmado que a proposta “saiu exatamente como mandei”.

Pagamentos, viagens e negócios suspeitos

A investigação também aponta supostas vantagens financeiras recebidas pelo senador, incluindo: • pagamentos mensais que variariam entre R\$ 300 mil e R\$ 500 mil; • uso de imóvel de luxo ligado ao banqueiro; • custeio de viagens internacionais; • hospedagens em hotéis de alto padrão; • despesas em restaurantes e voos privados.

Outro ponto considerado central pela PF foi a compra de participação societária avaliada em cerca de R\$ 13 milhões por apenas R\$ 1 milhão, por meio de empresa ligada ao núcleo familiar do senador.

Para o STF, os elementos reunidos até agora indicam que a relação investigada “extrapola relações de mera amizade”.

Prisão temporária e suspeita de destruição de provas

A decisão do ministro André Mendonça também determinou a prisão temporária de Felipe Cançado Vorcaro, apontado como operador financeiro do esquema investigado.

Segundo a Polícia Federal, ele teria deixado o local onde estava hospedado minutos antes da chegada dos agentes, levando dispositivos eletrônicos e deixando para trás sinais de saída abrupta, o que foi interpretado como possível tentativa de ocultar provas e frustrar a investigação.

Além disso, empresas apontadas pela investigação como instrumentos para movimentação e ocultação de recursos tiveram as atividades suspensas por decisão judicial.

Investigação segue em andamento

Na decisão, o STF ressalta diversas vezes que o caso ainda está em fase de investigação e que as medidas adotadas foram tomadas com base em “juízo de cognição sumária”, ou seja, avaliação preliminar dos indícios apresentados pela Polícia Federal e pela Procuradoria-Geral da República.

A defesa dos investigados ainda deverá se manifestar oficialmente nos autos do processo.